

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	Oliveral
Data	25/9/94 Pg 6
Class.	113

## Workshop define 365 áreas de preservação

■ MACAPÁ  
Agência Estado

O workshop de ações prioritárias para uso e preservação da biodiversidade na Amazônia definiu, depois de cinco dias de discussões em Macapá, 365 áreas onde deve se concentrar a ação governamental nos próximos anos. O grupo de 194 ambientalistas, pesquisadores e técnicos governamentais entrega neste fim de semana ao Ministério do Meio Ambiente o mapa-síntese das áreas prioritárias, acrescido de um banco de dados com explicações sobre cada prioridade, o status de cada área e as sugestões de medidas.

O mesmo mapa e todos os relatórios temáticos nos quais se baseia, mais os documentos produzidos durante esta semana pelos especialistas estarão disponíveis na Internet para a sociedade civil, a partir de quarta-feira, no endereço <http://www.socioambiental.org>. Os especialistas continuarão trabalhando em rede durante mais dois anos, pelo menos, para monitorar a utilização de suas sugestões.

"Não estamos propondo que as 365 áreas sejam transformadas em Unidades de Conservação", esclarece João Paulo Capobianco, do Instituto Socioambiental, coordenador do workshop. "Em alguns casos estas áreas já são Unidades de Conservação ou Áreas Indígenas, mas é necessária uma intervenção no sentido de manejar adequadamente a biodiversidade ou pesquisar melhor

as espécies ou mudar a dinâmica econômica para favorecer práticas mais adequadas".

"Ficou claramente demonstrada, neste trabalho, a vocação florestal da Amazônia", completa Adriana Moreira, do Instituto de Pesquisas da Amazônia, Ipam. "Pelo menos 80% da cobertura florestal da região precisa ser preservada, para que se mantenham suas funções ambientais básicas - como preservação da hidrologia, proteção da biodiversidade e suporte climático - mas estes 80% não precisam ser parques, podem ser reflorestamentos, sistemas agroflorestais, reservas extrativistas etc".

O secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, José Pedro de Oliveira Costa, reforçou a intenção de utilizar imediatamente os resultados do workshop, até mesmo nas reuniões internacionais previstas para outubro próximo, em Bruxelas e em Brasília, relacionadas ao Programa Piloto de Florestas, o chamado PPG-7. Os representantes do ministério consideram que todo o conhecimento reunido e sistematizado durante o workshop fornecerá argumentos técnicos mais poderosos nas negociações com outros ministérios, nos casos de conflito de interesse entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico.

Um dos conflitos mais evidentes é demonstrado no cruzamento dos cinco grandes corredores biológicos propostos para a Amazônia com os eixos de desenvolvimento dos programas econômicos federais.



*Ambientalistas definem prioridades ambientais na Amazônia*